



**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS**

REQUERIMENTO Nº , DE 2021

(Do Sr. GUIGA PEIXOTO)

Requer Audiência Pública para discutir sobre o PL 2303/2019 que proíbe a comercialização de lentes oftálmicas sem as especificações fixadas na legislação sanitária e de normalização metrológica correlata.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, para discutir sobre o PL 2303/2019 que proíbe a comercialização de lentes oftálmicas sem as especificações fixadas na legislação sanitária e de normalização metrológica correlata.

Sugere-se que o debate envolva atores relevantes para o aprofundamento do tema, que tomamos a liberdade de sugerir, sem prejuízo de acréscimos, por parte dos ilustres membros da Comissão:

- André Roncatto - Coordenador do CBÓptica/CNC;
- Luiz Paulo Rodrigues Leite - Presidente do Sindióptica-SP;
- Marcos Heleno Guerson - Presidente do INMETRO;
- Roberto Tenedini - Diretor Executivo do Sindióptica-RS;
- Marcelo Hagop Abrikan - Diretor da Multifoco Import;



- Alex Dias - Professor Mestre em Engenharia Biomédica do Senac
-SP;

JUSTIFICAÇÃO

O PL 2303/2019 proíbe a fabricação, fornecimento e comercialização de óculos e lentes sem certificação de qualidade. Tal proibição incide também em óculos de sol sem grau de correção e para lentes coloridas.

A certificação de qualidade proposta no projeto será feita por órgão acreditado pelo INMETRO, no âmbito do Programa Brasileiro de Conformidade Óptica de acordo com normas do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC) e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Segundo o texto, os produtos certificados deverão exibir a marca de conformidade e serem acompanhados de informações detalhadas de suas características.

Pela propositura, o descumprimento da medida configurará infração sanitária, sujeita às penalidades previstas na legislação sanitária federa e no [Código de Defesa do Consumidor](#), sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis.

O PL 2303/2019 foi objeto de substitutivo do relator Dep. Laercio Oliveira e de emenda Dep. Amaro Neto (Republicanos/ES) nesta Comissão.

Sucedendo que a proposição carece de maior discussão e consenso pelos setores que serão atingidos pela proposta, o que constitui óbice ao avanço de questões sociais e de saúde pública, porquanto se tratar de matéria incidente a produtos ópticos, com consequente atraso ao desenvolvimento do País, motivo pelo qual apresentamos este Requerimento de realização de Audiência Pública nesta Comissão e pedimos aos nobres Pares que nos apoiem e participem da reunião.

Sala das Sessões, em de de 2021.

GUIGA PEIXOTO
Deputado Federal
PSL/SP

